

Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista

Autor: Rodrigo Castelo

Subárea: 1.2. História do Pensamento Econômico

1. Introdução

Florestan Fernandes é um clássico do pensamento social brasileiro. Sua obra é considerada o marco de fundação da sociologia crítica nacional e praticamente todas as publicações a respeito dos grandes intérpretes do Brasil reconhecem-no como um pensador que produziu uma das mais importantes reflexões sobre a nossa formação histórica. O patrono da sociologia brasileira escreveu mais de 30 livros e abordou inúmeros temas, que vão desde os métodos da sociologia até o Partido dos Trabalhadores (PT), passando por estudos sobre a questão racial, o folclore, a política, as classes sociais e o Estado.

Dentro desta vasta obra, constata-se que algumas reflexões inserem-se na controvérsia da Revolução Brasileira. Nesta área suas contribuições são ricas e férteis para o entendimento das nossas especificidades históricas, isto é, do desenrolar contraditório do desenvolvimento econômico, social e político do Brasil. Nos seus escritos sobre o tema, Florestan polemizou direta e indiretamente com os principais autores da época, tais como os teóricos, burocratas e dirigentes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Teoria da Dependência nas suas mais distintas vertentes.

Apesar disto, Florestan não figura em nenhuma obra de referência de história do pensamento econômico brasileiro¹ (BIELSCHOWSKY, 1995 e MANTEGA, 1987). É praticamente impossível achar nesta literatura qualquer tipo de referência às suas contribuições a respeito do desenvolvimento sócio-econômico. Uma das raras exceções são os textos de Bresser Pereira (1997 e 2004) que, apesar de algumas citações à obra do sociólogo paulista, advertem o leitor de que “é necessário considerar Florestan Fernandes como uma figura à parte neste quadro que estamos tentando delinear das interpretações sobre o Brasil” (BREISSER PEREIRA, 1997, p. 36).

A história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), desta forma, estreita as suas fronteiras, eliminando do seu interior um intelectual que participou ativamente da acalorada controvérsia nacional dos anos 1960/70 sobre o subdesenvolvimento, o capitalismo dependente

¹ Na contramão das leituras mais tradicionais da história do pensamento econômico brasileiro, temos os trabalhos coordenados pela prof^a Maria Malta (Instituto de Economia da UFRJ), coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA), que reconhecem o valor e a importância da obra de Florestan Fernandes para o entendimento da economia nacional (MALTA, 2011).

brasileiro e as formas políticas de superação desse estado de coisas.

O objeto do presente artigo é o debate de Florestan Fernandes com os intelectuais do desenvolvimentismo, em particular os que representavam o Iseb, a Cepal e o PCB. A hipótese central do texto é que os estudos marxistas sobre processos de transição tardia de modos de produção pré-capitalistas para o capitalista, ocorridos em formações econômico-sociais dependentes, fornecem o instrumental analítico básico – mas não o único – para a construção das análises de Florestan sobre a especificidade histórica do Brasil. A temática da articulação contraditória e complexa entre o arcaico e o moderno – termos clássicos do debate sobre a dualidade brasileira –, pode ser entendida como uma espécie de fio condutor dos seus estudos acerca do subdesenvolvimento, do capitalismo dependente e da revolução burguesa.

O presente texto está dividido em três seções, além desta introdução. Na segunda, apresenta-se um balanço crítico da inserção de Florestan nos debates desenvolvimentistas dos anos 1960/70. A terceira expõe as linhas gerais dos seus estudos sobre a formação econômico-social do Brasil e da revolução burguesa, que conformam uma espécie de desdobramento dos seus estudos sobre subdesenvolvimento. As considerações finais tratam da sua ruptura teórica com o desenvolvimentismo, apontando os limites insuperáveis desta ideologia como força-motriz de uma transformação social capaz de superar o subdesenvolvimento e a dependência.

2. A controvérsia de Florestan com o desenvolvimentismo

O ofício do historiador do pensamento complica-se quando a sua tarefa é estabelecer os termos da controvérsia entre Florestan Fernandes e o desenvolvimentismo, pois existem poucos estudos a este respeito², além daquele silêncio já comentado dos historiadores do pensamento econômico brasileiro a respeito da sua obra. Apesar das dificuldades aparentes, pensamos não ser arbitrário incluí-lo na controvérsia. Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999, p. 134), por exemplo, aponta que “do ponto de vista das lutas sociais, sua reflexão [de Florestan] deve ser vista como uma contraposição à ideologia do Nacional Desenvolvimentismo”. *A questão é, então, estabelecer como, quando e o porquê da presença de Florestan em tais debates.* Este é o nosso objetivo central.

A temática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento aparece de forma mais contundente na sua obra no final dos anos 1950 e ao longo da década de 60. Em torno da cátedra Sociologia I da Universidade de São Paulo (USP), Florestan estabeleceu, junto com seus jovens

² Os principais livros e artigos sobre a vida e obra de Florestan – dos quais destacamos os textos de Carlos Nelson Coutinho ([1998] 2011), Gabriel Cohn (1986, 1987), José Paulo Netto (2004) e Octávio Ianni (1986) – tratam, ora explícita, ora implicitamente dos termos da inserção de Florestan na controvérsia da superação do subdesenvolvimento e da dependência. Uma das fontes mais recentes e interessantes de consulta é o livro *Retrato de Grupo*, organizado por Flávio Moura e Paula Montero (2009). Nesta obra, fundadores do Cebrap, como Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira tangenciam análises sobre a inserção de Florestan nos debates brasileiros sobre subdesenvolvimento e dependência, embora sejam passagens muito rápidas e pouco desenvolvidas do ponto de vista

assistentes – como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni – uma agenda de pesquisa sobre a realidade histórica nacional. Superava-se, assim, uma fase marcada por estudos metodológicos e teóricos sobre a sociologia clássica do centro, bem como seus estudos etnográficos.

O intuito era decifrar os mistérios da esfinge brasileira. Para isto Florestan construiu, dentro da USP, um aparelho institucional capaz de disputar a hegemonia das ideias em torno da temática do desenvolvimentismo³. Especificamente, o principal interlocutor nesta disputa hegemônica era o Iseb (ARRUDA e GARCIA, 2003, p. 107 e BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 52-54).

A sua inserção no debate sobre subdesenvolvimento é marcada, desde o início, por posições críticas ao desenvolvimentismo. Em 1962, Florestan escreve um texto no qual apresenta o tema do desenvolvimento econômico como um projeto político em disputa por burgueses e socialistas e que o desenvolvimentismo alinha-se, a partir do nacionalismo, ao lado das aspirações da ordem social competitiva⁴. De todo modo, neste período da sua produção intelectual, o seu posicionamento diante do tema ainda é bastante contraditório.

Durante o período 1940-60, a ideologia do desenvolvimentismo foi hegemônica no pensamento progressista brasileiro e grande parte dos pensadores da esquerda pareciam influenciados, em maior ou menor grau, por esta ideologia (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2005). O seu impacto no pensamento social brasileiro e latino-americano foi imenso e deixou marcas em todos os que participaram dos seus debates. Tais debates foram travados a partir de uma perspectiva sistêmica, interdisciplinar e engajada, principalmente contra as teorias e projetos políticos produzidos e exportados pelos países centrais aos periféricos, como o Manifesto não-comunista de Rostow, a Aliança para o Progresso do governo JKF e o Relatório Rockefeller. Como diz Florestan Fernandes (1994, p. 9),

Essas indagações tiveram grande importância cultural, científica e política na América Latina. Elas incentivavam a expansão de análises e explicações macrossociológicas, que vinculavam entre si psicologia, antropologia, sociologia,

teórico-analítico.

³ O projeto de pesquisa intitulado *Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento* iniciou as suas atividades no início de 1960. A obtenção de um financiamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) permitiu condições materiais para a realização das pesquisas. Com o crescimento da equipe de assistentes, Florestan decidiu fundar o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), que serviria como uma espécie de guarda-chuva institucional para os seus propósitos de estudo da realidade brasileira. Os primeiros trabalhos escritos por Florestan sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento estão presentes no capítulo II de *Mudanças Sociais no Brasil* (1959, publicado em 1960) e nos capítulos 8 e 10 de *A sociologia na era da revolução social* (1962).

⁴ Conforme escreve Florestan Fernandes ([1962] 1976, p. 321, grifos originais), “queira-se ou não, ele [o desenvolvimento] significa, no mínimo, diferenciação econômica, com base na modernização tecnológica do campo e da cidade, na industrialização, na elevação da capacidade de consumo *per capita* e do padrão de vida das massas. Esses alvos correspondem, naturalmente, a aspirações sociais contraditórias, mas adquirem homogeneidade e conteúdo nitidamente revolucionários nos ‘países subdesenvolvidos’. Essa afirmação é tão verdadeira, que o chamado ‘desenvolvimentismo’ precisou de um substrato moral próprio, para objetivar-se e expandir-se socialmente: o *nacionalismo*, que serviu de escudo tanto às medidas de reforma social voltadas para a integração nacional, quanto para a proteção artificial do crescimento econômico e para alterações radicais da política econômica internacional dos ‘países subdesenvolvidos’”.

economia e história, permitiam um arejamento marxista ou crítico do trabalho acadêmico e abriam espaço para uma militância intelectual que conduzia os acadêmicos para o debate público e o engajamento político.

Florestan é um intelectual imerso nas principais polêmicas nacionais (e internacionais), e por isto reflete bem o estado da arte do seu tempo. Em certas passagens, ficamos com a sensação que aceita e se limita aos termos do debate. Os seus textos dos anos 1950/60 são profundamente marcados pelo linguajar da época, linguagem que expressa a hegemonia ideológica do desenvolvimentismo. Além disso, boa parte da sua bibliografia é composta por obras de autores clássicos do desenvolvimentismo – com destaque para as obras de Celso Furtado⁵ –, o que só reforça a impressão inicial da aceitação de Florestan do horizonte intelectual imposto por aquela ideologia. Fica a sensação que ele está preso à jaula de ferro do desenvolvimentismo e dela não pretende se libertar. Por estes motivos, é possível a interpretação de que Florestan era, no limite, uma espécie de consciência crítica do desenvolvimentismo.

Uma leitura do conjunto da sua obra, todavia, é capaz de desmascarar o caráter superficial daquela impressão. A partir dos anos 1960, a história do Brasil e da América Latina sofre uma importante inflexão. Além da passagem da etapa do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, a região sofre uma série de golpes militares que se inicia no Brasil de 1964. Esta passagem, operada por meio do expediente da autocracia burguesa, ocorre tardiamente em algumas partes da América Latina e tem especificidades históricas que a diferencia da ocorrida nos países centrais no final do século XIX.

Com este novo contexto histórico, a controvérsia de Florestan com o desenvolvimentismo muda de tom e figura. Na primeira fase da controvérsia, o sociólogo paulista tecia críticas ao desenvolvimentismo de forma velada e indireta. Normalmente elas estão implícitas em algumas passagens, e raras vezes cita seus interlocutores. Talvez a controvérsia mais explícita com pensadores do nacional-desenvolvimentismo tenha sido o debate com Guerreiro Ramos, que se desenrolou em termos metodológicos do uso de conceitos da sociologia clássica (notadamente Marx, Weber e Durkheim) para o entendimento de uma realidade social periférica⁶.

⁵ No artigo “Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes”, Francisco de Oliveira (2003c, p. 476-77) afirma a influência da obra do economista paraibano no pensamento de Florestan. Nas suas palavras, “Florestan não é lido como um clássico do subdesenvolvimento nem da dependência, apesar da presença explícita dos dois temas na sua bibliografia, até mesmo em muitos títulos de seus livros. Sua produção sobre os temas é posterior às da Cepal e às fundações de Furtado. Pode-se dizer, sem desdouro para o mestre paulista, que a influência de Celso Furtado reorientou a produção teórica de Florestan, que resultou, devido à sua extraordinária bagagem e à influência do marxismo, uma obra extraordinariamente original”. Embora correta em diversos pontos, esta leitura aponta para uma complementariedade entre as obras destes dois clássicos do pensamento social brasileiro. No nosso entendimento, há pontos de influência e convergência entre Furtado e Florestan, mas, principalmente, de ruptura e superação. Demonstrá-los é um dos objetivos do presente artigo.

⁶ Ao ler a bibliografia que trata da controvérsia entre Florestan e Guerreiro Ramos, fica-se com a impressão de se tratar de uma controvérsia maniqueísta e regionalista, com o vencedor representando a ciência e o perdedor representando a ideologia; ou, em outros termos, da vitória do academicismo universitário paulista sobre o ensaísmo carioca do

Já a segunda fase começa o seu processo de maturação no pré-golpe militar. É possível visualizá-la por meio dos seus estudos sobre industrialização e o empresariado paulista, sobre subdesenvolvimento, imperialismo e capitalismo dependente na periferia do mercado mundial e, principalmente, nas suas investigações sobre o Estado autocrático e a revolução burguesa no Brasil e na América Latina. Daí em diante, constata-se uma radicalização política e teórica de Florestan (CANDIDO, 1987, p. 35), na qual o marxismo emerge como a principal fonte teórica do seu pensamento e o tema da revolução/contra-revolução ocupa um lugar central nas suas investigações (NETTO, 2004).

2.1. Do conceito de subdesenvolvimento ao de capitalismo dependente

Em consonância com os estudos marxistas sobre o imperialismo, com destaque para Bukhárin, Lênin e Trotsky, Florestan Fernandes entende o sistema mundial capitalista como uma totalidade composta por partes contrárias e assimétricas entre si – as nações exploradoras e as exploradas. Tais partes nacionais estabelecem relações mútuas que as tornam partícipes de uma mesma estrutura mundial, na qual umas são dominantes, outras dominadas. Além da dominação política e cultural, desenvolvem-se no sistema internacional mecanismos de exploração econômica, tais como o de produção e apropriação do excedente. Assim, a dinâmica do mercado mundial é notadamente fundada em mecanismos políticos e econômicos que estabelecem hierarquias entre nações imperialistas e nações exploradas e dominadas.

O Brasil nasce como fruto dessa expansão desigual e combinada do capitalismo ao redor de todo o globo terrestre. Desde a sua fundação, o País é uma formação econômico-social marcada pelo domínio estrangeiro, seja ele operado por forças estatais (nações), seja por forças privadas (capitais). A partir das grandes navegações e da constituição do mercado mundial, interesses externos de acumulação de riqueza, poder e território determinaram em larga medida as formas de organização social, econômica, política e cultural da nossa nação, formas estas voltadas para atender aqueles interesses externos. Em linhas gerais, de acordo com Florestan Fernandes (1968, p. 36-37), o Brasil se torna uma plataforma de produção de excedente econômico a ser apropriado por nações e capitais imperialistas:

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e

desenvolvimentismo isebiano. De um lado, temos aqueles que defendem a vitória da ciência, supostamente representada pela Escola Paulista de Sociologia (termo, aliás, que Florestan repudiava), sobre a ideologia, também supostamente representada pelo Iseb; de outro, busca-se restaurar a importância das formulações isebianas a respeito do desenvolvimento brasileiro, esquecidas em um passado considerado remoto, e ignoram-se as contribuições de Florestan Fernandes e seus assistentes. Dentro desta literatura cabe destacar o balanço da controvérsia realizado de forma serena por Lucia Lippi Oliveira (1995, p. 91-110). Os termos originais do debate estão presentes em Fernandes ([1958] 1977) e Ramos (1965).

dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas.

No primeiro capítulo do livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), Florestan descreve e analisa quatro grandes fases da dominação externa no nosso continente: o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo e o imperialismo total.

A primeira fase da dominação externa – o colonialismo –, que dura do século XVI ao XIX, é marcada por relações político-jurídicas de dominação das metrópoles ibéricas frente às suas colônias latino-americanas. Dentro da divisão internacional do trabalho estabelecida pelo centro capitalista, cabe aos países periféricos produzir bens primários de acordo com as necessidades de consumo e da acumulação primitiva de capital das metrópoles. Tal produção baseia-se em modos de produção pré-capitalistas e na grande propriedade fundiária. Cabe destacar que, diferentemente do que pregavam determinadas correntes desenvolvimentistas e o PCB, Florestan não defendia a tese da existência do feudalismo no Brasil, mas sim do escravismo ou do escravismo colonial.

Com a crise do colonialismo, que chega ao seu termo no século XIX devido à fragilidade das estruturas econômicas de Portugal e Espanha, às guerras europeias nos séculos XVIII e XIX entre França, Holanda e Inglaterra e ao descontentamento de setores sociais internos das colônias, temos o aparecimento da segunda fase de dominação externa, o neocolonialismo. Nesta fase, a Inglaterra criou um sistema de dominação com base em operações comerciais e financeiras com os países latino-americanos. Ou seja, se antes a dominação externa da América Latina era baseada fundamentalmente (mas não exclusivamente) em mecanismos políticos e jurídicos, a partir do final do século XVIII e início do XIX, com os processos de independência política e a emergência do Império Britânico, a região passou a ser subjugada majoritariamente por mecanismos econômicos, sempre com o apoio do poderio militar das nações imperiais do Norte.

Reforçou-se, assim, o papel das nações dependentes na divisão internacional do trabalho como uma fonte de exportação de riqueza para a acumulação de capital necessária ao financiamento da revolução industrial europeia. Mais uma vez, Florestan reafirma a importância da transferência do excedente produzido nas economias periféricas para o centro do sistema capitalista como uma forma de desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano.

A terceira fase da dominação externa da América Latina – o imperialismo –, que se torna uma realidade nas últimas quatro décadas do século XIX, aprofunda os laços de integração desta região com o centro do mercado mundial. A dependência é alçada a um novo patamar, que segundo Florestan Fernandes ([1973], 1981, p. 16), inaugura a era do capitalismo dependente na América Latina.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina.

O quarto padrão de dominação externa, que se expande mundialmente no pós 2ª Guerra Mundial, é o imperialismo total⁷. Nesta nova fase, também chamada de capitalismo monopolista⁸, os Estados Unidos surgem como a potência imperialista central. A principal novidade é o surgimento das grandes corporações multinacionais, com suas ramificações comerciais, industriais e financeiras de alcance global. Tais empresas operam com novos padrões de produção, planejamento, concorrência, logística, comunicação, marketing e propaganda. Desta forma, as grandes multinacionais, em comunhão com os Estados imperialistas, criam mecanismos até então inimagináveis de controle externo nos países dependentes, originando um “imperialismo total”.

Em determinado momento da história econômica latino-americana, acreditou-se que as corporações norte-americanas seriam um aporte necessário de capital estrangeiro para o desenvolvimento econômico da região. Governantes e intelectuais conservadores – mas também alguns ideólogos desenvolvimentistas – saudaram a vinda de tais empresas, celebrada como uma etapa superior do desenvolvimento das forças produtivas da região⁹. A contribuição das multinacionais ao desenvolvimento latino-americano e brasileiro se mostraria ilusória, e Florestan foi um dos críticos desta suposta contribuição. As multinacionais, antes apontadas como impulsionadoras do desenvolvimento, passaram a ser vistas como instrumentos de aprofundamento do subdesenvolvimento¹⁰.

A despeito das especificidades históricas de cada fase da dominação externa, a dependência

⁷ “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.” (FERNANDES, [1973] 1981, p.18). Nesta passagem, temos a articulação metodológica entre elementos de ordem interna aos países periféricos a elementos de ordem externa do mercado mundial para entender a dependência. Como veremos mais a frente, esta é uma característica marcante dos seus estudos sobre o capitalismo dependente.

⁸ Uma diferença fundamental entre os livros de 1968 e 1973 é o peso que a categoria *capitalismo monopolista* adquire no segundo título. Tal categoria já figura na obra de 68, mas com pouca importância, sendo citada de passagem numa nota de rodapé (FERNANDES, 1968, p. 60). Já no texto de 1973, ela adquire um papel central. Em questão de três anos, Florestan, no rastro dos estudos de Paul Baran e Paul Sweezy, dos teóricos cepalinos (Prebisch, Furtado e Conceição Tavares) e dos teóricos marxistas da dependência (André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos) desperta para a importância das transformações estruturais operadas pelo capitalismo central nas sociedades periféricas, em particular do desembarque das corporações multinacionais em território latino-americano.

⁹ Hélio Jaguaribe, no livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958), reconhecia um papel positivo do investimento externo direto na modernização brasileira. Por conta desta defesa do capital estrangeiro, Jaguaribe saiu do Iseb, que então se radicalizava em torno de posições nacionalistas.

¹⁰ “(...) As estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados” (FERNANDES, [1973] 1981, p. 23).

gera um resultado global nos países latino-americanos comum a todas as fases: “nenhum país possui uma economia homogênea e potencialidades organizadas de desenvolvimento auto-sustentado efetivo. A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas” (FERNANDES, [1973] 1981, p. 20).

Do ponto de vista interno, os países periféricos possuem algumas características marcantes, a partir das quais podemos tomar a caracterização teórica que Florestan Fernandes ([1973] 1981, p. 20) faz do capitalismo dependente:

Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes ‘épocas históricas’, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como ‘colonialismo interno’). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (...).

Estas formulações a respeito do capitalismo dependente, que privilegiam os fatores externos – mas que não negligenciam os fatores internos – colocam-se, em linhas gerais, de pleno acordo com as teses de clássicos da HPEB como Celso Furtado. Um ponto de convergência entre a teoria do capitalismo dependente de Florestan e a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, por exemplo, é que ambos rechaçam a ideia do subdesenvolvimento como um estágio preliminar do desenvolvimento à la Rostow. Sob este ângulo de interpretação, os países periféricos não devem ser encarados como uma reprodução mal sucedida do capitalismo central nos trópicos, mas sim como uma contraface necessária e funcional à acumulação capitalista realizada no centro.

(...) o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é uma mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza, que forcem os homens a confiar em si mesmos ou em sua civilização e a visarem o futuro (FERNANDES, 1968, p. 57).

Além disso, o subdesenvolvimento é entendido não como uma fatalidade histórica, mas como produto da luta de classes, tanto da concorrência intercapitalista quanto dos embates entre dominantes e dominados. A transplantação do padrão de civilização ocidental para o Novo Mundo não foi um processo de mera recepção dos bens materiais e imateriais produzidos no Norte e consumidos pelo Sul. Outros modos de organização social eram possíveis, mas as classes dominantes optaram pela manutenção dos seus privilégios econômicos, políticos e culturais e nunca

se colocaram contra a implantação do modo de produção capitalista. Nas suas próprias palavras,

a dependência, por sua vez, não é mera ‘condição’ ou ‘acidente’. A articulação estrutural de dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do pólo econômico hegemônico, aceita como compensadora, útil e criadora pelo outro pólo (FERNANDES, [1973] 1981, p. 54).

O método de análise de Florestan acerca dos fenômenos da dependência e do subdesenvolvimento, destacando os modos de atuação política e de representação cultural e intelectual das classes sociais nacionais frente ao processo de internacionalização da economia brasileira, coloca a sua obra em uma perspectiva diferente do nacional-desenvolvimentismo de matriz progressista. Desta forma, o seu método trabalha as dimensões externa e interna do imperialismo e da dependência. Em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), o foco está nos elos de dominação externa que prendem a periferia à sua condição de subdesenvolvida. Na obra subsequente, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973)¹¹, ele integra organicamente à sua análise os determinantes internos da reprodução das estruturas do capitalismo dependente das nações periféricas, pois percebia a internalização de centros decisórios no Brasil. Isto fica claro no capítulo II, um estudo sobre o comportamento das classes altas e médias, bem como da configuração do Estado na América Latina na década de 1970.

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspers: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda (FERNANDES, [1973] 1981, p. 26).

Em síntese, para Florestan, a situação política, econômica e social dos países periféricos, caracterizada por polarização social, autonomia limitada, integração dependente ao mercado mundial e exportação de excedente, é consequência da expansão internacional do capital para as regiões periféricas. Este é o fator sistêmico, o determinante externo da dependência e do subdesenvolvimento. Outros fatores, todavia, concorrem para determinar, em comunhão com o fator sistêmico, o desenvolvimento histórico do capitalismo na América Latina e no Brasil. As escolhas e decisões tomadas pelas classes dominantes nacionais, bem como a falta de organização, consciência e resistências das classes subalternas frente aos processos de exploração e dominação externa e interna, também têm um peso decisivo na configuração das sociedades periféricas.

(...) ficava claro que a *História* das nações latino-americanas possuía duas redes de causação em sequência: os processos internos e externos (impostos pelo antigo

¹¹ Cabe destacar que é marcante o abandono, nos estudos de 1970 em diante, do conceito de subdesenvolvimento a favor do uso corrente de capitalismo dependente.

regime colonial, pela transição neocolonial e pela dependência, em suas duas formas sucessivas, a do capitalismo competitivo e a do capitalismo oligopolista ou monopolista) superpunham-se e se anastomoseavam. Era um equívoco considerar a evolução histórica do Brasil segundo o padrão europeu clássico da sociologia (ou do socialismo). Fatores internos e externos mantinham entre si uma correlação recíproca (ou dialética), que procurei apanhar em *A Integração do Negro à Sociedade de Classes* e, principalmente, em *A Revolução Burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1994, p. 9-10, grifos originais).

Um dos seus principais questionamentos ao nacional-desenvolvimentismo era justamente certa negligência dos fatores políticos e sociais internos à periferia que aprofundavam os aspectos mais deletérios do subdesenvolvimento. A ideologia desenvolvimentista tinha como eixo central o debate sobre os fatores externos de dominação: de acordo com a Cepal, o esquema centro-periferia e a deterioração dos termos de troca; segundo o PCB, o imperialismo. Em ambos os casos, o lado interno da dominação era abordado em breves considerações sobre a questão agrária, que envolvia a concentração fundiária e o poder político dos latifundiários, e a possível existência de uma burguesia nacional capaz de liderar a industrialização e uma revolução democrático-burguesa, que mais tarde se mostraria um erro teórico e uma aposta política frustrada.

Os ideólogos do nacional-desenvolvimentismo teorizaram determinadas relações de dominação do centro frente à periferia e correlacionaram a condição de subdesenvolvimento dos países do sul com o desenvolvimento do norte. Furtado, a partir da obra *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), desmistificou o subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento, entendendo-o como resultado histórico do processo de expansão espaço-temporal do capitalismo. O nacional-desenvolvimentismo, todavia, tinha seus limites. Seus ideólogos não conseguiam transpor as relações estatais de dominação internacional para o interior dos países periféricos por meio da categoria de luta de classes, nem estabelecer os termos gerais da contraditória mescla dos distintos modos de produção em cada formação econômico-social da América Latina. Esta seria, na visão dos teóricos brasileiros que se utilizavam da categoria de desenvolvimento desigual e combinado para explicar a nossa história, a principal lacuna na teorização do nacional-desenvolvimentismo. Nos dizeres de Francisco de Oliveira (2003b, p. 15, grifos originais), um dos grandes expoentes desta linhagem de teóricos marxistas que fez uso daquela categoria trotskista de explicação do desenvolvimento capitalista na periferia,

o dual-estruturalismo não é de modo nenhum uma teorização vulgar. Sua força residu, sobretudo, em apontar a emergência de processos que não eram perceptíveis nem importantes para as outras vertentes teóricas. A dualidade ‘atrasado-moderno’ escapa, por exemplo, tanto à a-historicidade do método neoclássico quanto ao mecanicismo das ‘etapas’ e dos modos de produção sequenciais próprios do stalinismo convertido em oráculo do marxismo. *Mas ele também – inclusive porque teoriza contemporaneamente os próprios processos que percebe – mascara os novos interesses de classe que se põem agora como*

Esta linha de crítica inaugurada por Florestan ao nacional-desenvolvimentismo encontra-se plenamente desenvolvida nos seus trabalhos sobre a via não-clássica do desenvolvimento capitalista no Brasil, particularmente naquele que é considerado o seu grande ensaio, *A Revolução Burguesa no Brasil*. Na próxima seção, faremos uma breve exposição sobre as suas principais teses a respeito da via não-clássica percorrida pelo Brasil na implantação do capitalismo.

3. O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro

No final do século XIX e início do XX, criaram-se correntes dentro do marxismo que romperiam com a visão evolucionista da história dos modos de produção¹². O primeiro passo foi dado por Lênin na obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1898). Neste título, o líder bolchevique escreveu a respeito do desenvolvimento capitalista numa formação econômico-social periférica, averiguando como um mesmo país comportava diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas entre setores como indústria e agricultura. Já na década de 1920, Antonio Gramsci e José Carlos Mariátegui escreveram a respeito da coexistência muito particular de diferentes modos de produção dentro de países periféricos – respectivamente, Itália e Peru. Nestas duas localidades, o desenvolvimento capitalista tinha uma história particular, que diferia dos modelos clássicos da Inglaterra e da França. Nas suas respectivas análises, setores modernos (industriais e mineração) e arcaicos (agricultura de subsistência de base familiar e indígena), localizados em regiões distintas de uma mesma nação, operavam mutuamente com relações de produção e reprodução sociais que obedecem a lógicas de acumulação e interesses sociais muito diferentes entre si.

Contudo, uma das formulações mais fecundas a respeito de uma visão dialética da história do desenvolvimento capitalista na periferia foi elaborada por Leon Trotsky a partir da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Segundo esta lei¹³, a formação econômico-social russa é vista como uma formação *sui generis* que escapa ao esquematismo evolucionista e mecanicista, pois ela mescla, de forma desigual e combinada, elementos modernos e arcaicos. Dos setores modernos,

¹² Um resumo competente dos estudos de Marx e Engels da transição tardia de países para o capitalismo e daquelas correntes do marxismo é feito por Ricardo Lima no artigo “Os caminhos do capitalismo: via prussiana, revolução passiva e desenvolvimento desigual e combinado” (LIMA, 2009).

¹³ “As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (Trotsky, 1967, p. 25). Sobre o histórico da formulação da lei e seus

tinha-se a indústria moderna trazida pelo capital estrangeiro internacional dos países imperialistas (Inglaterra, França e Alemanha). Dos setores arcaicos, o governo autocrático dos tzares e o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas rurais. Ambas conviviam dentro de uma mesma totalidade – a formação econômico-social russa – e o setor arcaico não era tido como uma barreira ao avanço do capitalismo mas, ao contrário, proporcionava certos estímulos a ele, como a repressão autocrática do czarismo ao nascente movimento operário.

Em suma, nas primeiras três décadas do século XX, certa tradição do marxismo – Lênin, Gramsci, Mariátegui e Trotsky – se colocou em posição de combate contra as tendências mecanicistas e evolucionistas proferidas pelos órgãos oficiais do movimento operário, como as II e III Internacionais. Tais revolucionários, a partir do princípio metodológico leninista de “análises concretas de situações concretas”, desenvolveram uma rica leitura do desenvolvimento histórico dos modos de produção, estabelecendo os elos entre relações sociais não-capitalistas e capitalistas dentro de formações econômico-sociais periféricas, determinando, assim, suas especificidades históricas, e não simplesmente comparando-as com tipos ideais do desenvolvimento capitalista no centro imperialista.

Anos mais tarde, este método marxista seria apropriado por diversos intelectuais brasileiros na tentativa de compreender a natureza do capitalismo dependente¹⁴. Florestan Fernandes é um dos legatários nacionais desta tradição do marxismo¹⁵. Nos seus textos dos anos 1960/70, narra-se como se dá o processo de enraizamento do capitalismo no Brasil, que desde o final do século XIX vivencia a chegada da ordem social competitiva. A constante mercantilização da vida nacional, resultado desta nova ordem social, traz consigo os germes do capitalismo competitivo, que mais tarde, no golpe civil-militar de 1964, se desdobraria no capitalismo monopolista. No Brasil, o processo de implantação da ordem burguesa foi marcado por características muito particulares. A nossa revolução burguesa cumpriu a função de implantar o capitalismo no país, mas o fez de modo diverso ao operado nos países desenvolvidos, obedecendo à lógica particular dos padrões de dominação externa, de atuação das nossas classes dominantes e de configuração do nosso Estado nacional.

A revolução burguesa em um país periférico como o Brasil tem um caráter diverso daquele

desdobramentos, recomendamos a leitura dos textos de Georg Novack ([1965] 2008) e Michael Löwy (2000).

¹⁴ A respeito da relação entre a intelectualidade brasileira e a categoria do desenvolvimento desigual e combinado, recomendamos a leitura do artigo de Felipe Demier (2007).

¹⁵ A sua sociologia crítica não deve ser considerada um raio em céu de brigadeiro. Ela tem um passado, resgatando tanto contribuições da tradição marxista que combatia posições dogmáticas e ortodoxas advindas de determinadas direções políticas dos Partidos Comunistas, em especial do Komintern, quanto de uma longa tradição do pensamento social latino-americano. Segundo Antonio Candido ([1967] 2007, p. 12) “no pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários – apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições”. No Brasil, podemos citar, por exemplo, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Ignácio Rangel como pensadores representativos desta eclética tradição do pensamento latino-americano que

observado nos países centrais. Lá, as revoluções lograram, por meio da radicalidade da condução dos processos políticos pela burguesia, eliminar os entraves e as barreiras do mundo feudal e construir novas bases econômicas, políticas, sociais e culturais, pertinentes ao pleno desenvolvimento da sociedade capitalista. Estados Unidos e França são exemplos clássicos de revoluções burguesas que conseguiram eliminar o arcaico, entendido como o feudalismo, e fazer emergir o moderno, representado historicamente naquele período pelo capitalismo.

O início da Revolução Burguesa no Brasil se dá no período da passagem do Império para a República. Este início é vacilante e não presenciamos grandes atos políticos, sociais e culturais de ruptura com o passado. “(...) O que caracteriza o desencadeamento dessa era é o seu tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 240).

A mudança veio, mas de forma lenta e gradual, com compromissos firmados entre os antigos e os novos donos do poder. As oligarquias agroexportadoras adaptavam-se às novas regras do jogo de poder, trazidas pelo ingresso tortuoso do capitalismo nestas paisagens. A burguesia também tratou de usar a linha de menor resistência e procurou conciliar seus interesses com os já estabelecidos no país. Apesar de tensões e conflitos, o arcaico e o moderno conviveriam sólida e frutiferamente numa aliança de dominação para a exploração e apropriação das riquezas econômicas produzidas pelas classes subalternas. Operaram-se, assim, mudanças sociais no Brasil a partir de uma perspectiva conservadora, sem maiores sobressaltos para as classes dominantes. “O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 241).

Cabe ressaltar que, para Florestan, esta forma de *mudança conservadora* é uma constante na história do Brasil¹⁶. Os processos de Independência e de Abolição da Escravatura, bem como a Proclamação da República, anunciavam novas fases de desenvolvimento da nação, mas não foram capazes de retirar os poderes econômicos e políticos das velhas oligarquias, que ainda prevalecem ocupando cargos relevantes na estrutura nacional de poder. Os latifundiários conservaram privilégios ao longo de toda a nossa história que permitiram a manutenção de larga parcela do seu

desvenda a realidade social a partir das suas contradições, paradoxos e dualidades.

¹⁶ Um dos estudos pioneiros sobre o caráter conservador das grandes transformações no Brasil é o livro *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Jr, considerado por Leandro Konder (1989, p. 139) como a primeira aplicação bem sucedida do método do materialismo histórico aos estudos da realidade brasileira. A respeito da perspectiva adotada pelo historiador paulista, que segue de perto as leituras de Lênin e Gramsci sobre as vias não-clássicas de desenvolvimento do capitalismo, ver Carlos Nelson Coutinho (1989). Para uma comparação crítica entre as obras de Caio Prado Junior e Florestan Fernandes, conferir o artigo de Coutinho ([1998] 2011).

poder, usando-o tanto para manter intactos seus interesses de classe quanto para impedir a organização dos setores mais combativos das camadas populares que poderiam contestar o *status quo*.

Florestan Fernandes empreende um esforço genuíno e original de entender o horizonte intelectual dos sujeitos históricos – oligarquias e burguesia – que conduziram a revolução burguesa no Brasil. Esta é a marca sociológica de entendimento do desenvolvimento nacional, mirando nos padrões de atuação social e política dos nossos grupos e classes sociais, castas e estamentos e como eles se articularam em torno do Estado para a manutenção da ordem. Na sua avaliação, a burguesia brasileira utiliza-se do Estado como uma das suas principais armas na luta de classes. É para esta máquina administrativa e política que convergem os difusos interesses da classe burguesa e nela se solidificam enquanto uma classe contraditoriamente unida.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como ‘poder político indireto’ (FERNANDES, [1975] 2006, p. 240).

Nesta linha de argumentação, Florestan descreve a sociedade brasileira a partir daquilo que Gramsci chamou de uma sociedade oriental, na qual a sociedade política (o Estado estrito senso) é extremamente desenvolvida e opera em todos os âmbitos e a sociedade civil é frágil, amorfa e pouco desenvolvida. Não somente o nascimento da nação, mas a própria manutenção do *status quo* era vista como produto da ação demiúrgica do Estado, ação esta operada pelos interesses das classes dominantes.

Para Florestan, o entendimento do horizonte intelectual dessas classes é capaz de explicar boa parte dos rumos que o desenvolvimento capitalista tomou no país, sem nunca negligenciar os fatores externos. Ele tenta, assim, compreender os elos entre a ação e o pensamento das elites dominantes brasileiras, que promovem a inserção do país na era moderna capitalista sem abrir mão das estruturas coloniais e escravistas. Mas não só isto: em um pequeno artigo escrito em 1978, no qual faz o balanço da receptividade das suas teses sobre a revolução burguesa brasileira, o autor adverte-nos que o seu livro não se limita ao estudo da burguesia nacional, mas também ao estudo da sua articulação com os setores dominantes externos, articulação esta que ganha vida na estrutura autocrática do Estado brasileiro. A partir do uso da violência contra os opositores do regime, o Estado pós-1964 constrói as bases de uma estabilidade política capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico para uma pequena fração social da nação. Em suas próprias palavras,

Pelo que procuro desvendar, não é a burguesia brasileira, em si e por si mesma,

que realiza uma oscilação histórica negadora da democracia como ‘estilo de vida’: o argumento é posto em termos mais amplos, de uma rotação em que estruturas nacionais de poder da burguesia e dinamismos internacionais de irradiação do capitalismo monopolista coincidem em forjar uma autocracia burguesa, que aparece mais claramente, no momento, nos ‘países capitalistas em avanço’ da periferia (FERNANDES, 1978, p. 206-207).

O Estado desempenha, portanto, um papel central na nova etapa histórica da dependência brasileira. Em primeiro lugar, trata-se de descrevê-lo e analisá-lo como uma estrutura burocrática de condensação dos interesses dos capitais nacionais e internacionais que opera políticas em favor destas pequenas minorias, e não como representante do interesse geral da nação, tal qual acreditava larga fatia do nacional-desenvolvimentismo. Em segundo lugar, Florestan busca demonstrar como o Estado brasileiro opera as novas funções exigidas pelo ingresso do País na fase monopolista do capitalismo. No lugar do Estado democrático de direito, surge o Estado autocrático, que opera seus objetivos, determinados pela conjunção de interesses das classes dominantes do Brasil e do exterior, fundamentalmente por meio da coerção e da repressão.

Segundo Florestan Fernandes, o conservadorismo cultural da nossa burguesia desdobra-se em uma dominação política extremamente repressiva, mantendo fechados os circuitos da política: aos trabalhadores do campo e da cidade é vedada a participação ativa na política, única forma de mudar o sistema econômico desigual e excludente no país. Daí concluir que a política brasileira opera quase sempre como um *circuito fechado* e que a mudança social estrutural dentro da ordem é uma impossibilidade numa sociedade como a brasileira, na qual o controle político é exercido por grupos conservadores que vivem sob o pânico da mobilização popular.

Neste quesito Florestan não economiza palavras para denunciar o caráter brutal, desumano e tirânico da autocracia burguesa no Brasil e na América Latina, e critica o silêncio de boa parte dos intelectuais a este respeito¹⁷. Por último, Florestan explora como o Estado se estrutura em torno de instituições cada vez mais militarizadas e tecnocráticas. Em resumo, o Estado é um instrumento funcional às classes dominantes “para a imposição de uma estabilidade política que se mantém pela força bruta e pela ameaça potencial e que, por sua vez, constitui o requisito político para a intensificação da acumulação capitalista e a aceleração do desenvolvimento econômico” (FERNANDES, 1978, p. 204).

No curso das suas pesquisas, desenha-se o modo pelo qual a burguesia conduz o nosso processo de revolução burguesa. A combinação entre elementos de uma consciência burguesa com

¹⁷ “Minha impressão é que nos fechamos dentro de um círculo, deixando fora dele o elemento central da discussão: a condenação da tirania burguesa sem disfarces e do seu Estado autocrático. Se essa impressão for correta, é óbvio que falhamos diante do dever de dar um balanço nos caminhos que se abrem para o futuro, os quais nos permitiriam indagar se uma sociedade democrática é possível no Brasil e por que meios ela poderá se instaurar. (...) O que menos pode se dizer, assim, é que não afrontamos o ‘bom combate’. Chega-se a um ponto em que os homens decidem que um estado de coisas é insustentável (...). Atingido esse ponto, os que se calam e os que falam menos do que devem se

elementos típicos da consciência oligárquica resulta em uma mentalidade extremamente conservadora das nossas classes dominantes. Elas colocam seus interesses particulares e egoístas de classe acima do interesse nacional. Como aponta Florestan (1968, p. 90-91), a burguesia opera comumente no nível das suas reivindicações econômicas mais imediatas, não transcendendo o nível corporativo de consciência.

A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado ‘egoísmo de classe’ se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfigura em política sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito.

Em certos momentos do desenrolar da revolução burguesa no Brasil, as nossas classes dominantes, sob pressão desses imperativos de autodefesa, foram chamadas a atuar além dos limites estreitos dos seus blocos de poder. Isto aconteceu particularmente no impasse do desenvolvimentismo. O desenvolvimento capitalista é um processo intensamente marcado por contradições e crises econômicas que exigem novas acomodações e acordos políticos e sociais. O aprofundamento do capitalismo no Brasil, em particular entre as décadas de 1930-1960, trouxe consigo uma nova dinâmica de lutas e acordos políticos dos novos estratos sociais, como a classe média e o proletariado, que passaram a lutar por espaços de participação que representassem seus interesses e aspirações sociais. Ademais, surgiram tensões internas no bloco de poder dominante diante das transformações necessárias à adequação das instituições nacionais para tornar viável, do ponto de vista dos circuitos internacionais de acumulação capitalista, o ingresso do país na era do capitalismo monopolista.

Setores sociais urbanos, como o proletariado industrial, começavam a se movimentar politicamente e adquirir uma feição de sujeito histórico. Suas “insatisfações profundas, amargas perplexidades e esperanças radicais”, até então sufocadas pela repressão das classes dominantes empreendidas contra os “de baixo”, surgiam intensamente e cada vez mais articuladas em torno de projetos coletivos reformistas e, em alguns casos, revolucionários, embora estes fossem expressão de uma pequena vanguarda.

Frações importantes das classes dominantes nacionais impedem, a sua maneira, a plena modernização do país. Lutam obstinadamente para conservar o regime estabelecido, ao mesmo tempo em que são obrigados a negociar espaços para sucessivas transformações do patamar evolutivo do capitalismo no país que, como dissemos, são impostas de fora para dentro pelos

‘comprometem com a situação’” (FERNANDES, 1978, p. 206).

interesses estrangeiros. Inúmeros pactos e acomodações são articulados de forma tensa e conflituosa com o capital internacional, produzindo equilíbrios dinâmicos e provisórios frequentemente renegociados em termos cada vez menos favoráveis às classes dominantes nacionais.

O horizonte cultural conservador dessas classes condiciona o ritmo e a profundidade do avanço do capitalismo no país. Tal avanço, todavia, é determinado em grande medida por movimentos internacionais do grande capital. Neste intricado quadro, percebe-se que a modernidade arcaíza-se e o arcaico moderniza-se, numa dialética que só faz aprofundar o subdesenvolvimento e a dependência capitalista no Brasil. Daí surgir uma questão central da controvérsia de Florestan com os desenvolvimentistas: quais devem ser os marcos teóricos de análise da realidade brasileira e quais devem ser as táticas e estratégias políticas usadas para a transformação social? E, por que não, quais são os agentes desta transformação?

Na perspectiva desenvolvimentista, temos a presença da noção do desenvolvimento desigual das forças produtivas entre regiões – centro e periferia – da divisão internacional do trabalho, bem como uma incapacidade teórica de articular dialeticamente as contradições internas entre os setores moderno e arcaico de um país. Ou seja, a economia política desenvolvimentista ignorava a dimensão combinada do desenvolvimento capitalista na periferia, persistindo no erro de ver o setor atrasado como uma barreira ao pleno desenvolvimento do capitalismo na periferia. Segundo Francisco de Oliveira (2003b, p. 13, grifos originais),

a tese cepalino-furtadiana da dualidade distingue-se da constatação geral e histórica do ‘desenvolvimento desigual e combinado’ da tradição marxista (Lenin e Trotski) precisamente porque para Furtado e a Cepal o desenvolvimento é desigual – tanto pelas diferenças de grau e ritmo de desenvolvimento quanto pelas diferenças qualitativas entre setores que se desconhecem entre si –, *mas não é combinado*. Os dois setores não têm relações articuladas: o setor ‘atrasado’ é apenas um obstáculo ao crescimento do setor ‘moderno’, principalmente porque, por um lado, não cria mercado interno e, por outro, não atende aos requisitos da demanda de alimentos. Nem sequer a clássica função de ‘exército [industrial] de reserva’ o ‘atrasado’ cumpre em relação ao ‘moderno’ (...).

No plano político, em um primeiro momento, os desenvolvimentistas defenderam a intervenção estatal na economia por meio do planejamento e da industrialização e certas reformas para a promoção de justiça social, todas no sentido de superar o subdesenvolvimento. Depois, diante do esgotamento do modelo de industrialização via substituição de importação na América Latina e da implantação de ditaduras militares – apoiadas pelas burguesias da região – houve uma radicalização teórica. Mas tal radicalização ideológica não foi acompanhada por um avanço pleno na consciência política dos desenvolvimentistas¹⁸, embora já tenham admitido, nas suas

¹⁸ Esta incongruência entre avanço do ponto de vista ideológico e obstaculização da consciência política fica muito bem exemplificado no artigo “Entre inconformismo e reformismo”, de Celso Furtado (1989). Sobre os limites

formulações mais ricas – datadas dos anos 1970¹⁹ – que o desenvolvimento econômico nos marcos do capitalismo não passa de um mito (FURTADO, 1974), pelo menos do ponto de vista da promoção de bem-estar social e democracia política plena.

Do outro lado, a tradição marxista brasileira, ancorada nos estudos de Lênin, Trotsky, Gramsci e Mariátegui, trabalha com a tese de que elementos de extratos arcaico e moderno convivem mutuamente, relação esta na qual um retroalimenta o outro. Segundo Florestan, a passagem do capitalismo brasileiro para o estágio monopolista permitiria um novo impulso no desenvolvimento econômico, desenvolvimento este associado com o efetivo estabelecimento da autocracia burguesa e o aumento da dependência externa e da exclusão social interna. Ou seja, na sua obra pós-64, a permanência de velhos elementos da antiga ordem colonial não funciona como uma barreira ao desenvolvimento das relações sociais de produção e reprodução capitalista: ao contrário, impulsiona e aprofunda o capitalismo.

Neste caso, o arcaico não impediu a entrada do Brasil na nova fase mundial do capitalismo, nem muito menos conduziu o país para a estagnação econômica²⁰. Mas, certamente conduziu a nação brasileira para um impasse, provocado pelas tensões sociais que nascem de um modelo de acumulação capitalista que conjuga, ao mesmo tempo, crescimento econômico, repressão política e desigualdade de renda e riqueza.

As próprias contradições de tal modelo de acumulação implementado pela ditadura civil-militar de 1964 geravam um impasse. Abria-se a possibilidade de perda de legitimidade política do regime e, conseqüentemente, a correlação de forças poderia se deslocar progressivamente para o lado dos “de baixo”. O sucesso no aproveitamento desta conjuntura política só ocorreria caso a classe trabalhadora tivesse a sua disposição ferramentas teóricas capazes de desvendar os movimentos da realidade e estivesse organizada politicamente, particularmente em torno de organizações revolucionárias. Os circuitos da política nacional, constantemente mantidos fechados

ideológicos da economia política cepalina, ver o artigo “Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo”, de Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2008).

¹⁹ Parafraseando Lucien Goldmann, o “nível máximo da consciência ideológica” do desenvolvimento latino-americano está condensado nos oito primeiros textos do volume II da obra organizada por Ricardo Bielschowsky (2000, p. 495-759) sobre os cinquenta anos do pensamento cepalino. Um debate mais elaborado sobre esta temática pode ser encontrado em Rodrigo Castelo (2010).

²⁰ Celso Furtado é figura presente em algumas indicações de leitura no rodapé das suas obras de 1968 e 1973. Diante destas importantes indicações, tendo em vista a raridade de citações na forma de exposição das ideias de Florestan, podemos nos atrever a dizer que Furtado surge como um dos grandes interlocutores do seu pensamento nos anos 1960-1970. O debate sobre a estagnação, por exemplo, encontra-se de forma velada nas suas reflexões. Florestan chega a arriscar previsões sobre o futuro, previsões que andam na contramão das análises estagnacionistas de Furtado e, diga-se de passagem, mostraram-se acertadas com o passar do tempo. Duas passagens do livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (p. 102 e 132, respectivamente) atestam tal diálogo: (1) “Não só o capitalismo revela grande vitalidade, especialmente nos centros de expansão e de irradiação da grande empresa monopolista. O capitalismo dependente poderá revitalizar-se, numa economia capitalista que caminha para a internacionalização. Daí ser relevante indagar-se para onde se dirige a burguesia das sociedades capitalistas dependentes”; (2) “(...) um malogro da ordem social competitiva poderia conduzir à estagnação e, em consequência, à persistência indefinida de um subcapitalismo, de uma pré-democracia e de uma infra-nação. Essa não parece ser, todavia, a alternativa mais provável”.

pela repressão e opressão das classes dominantes, poderiam, portanto, ser abertos de acordo com iniciativas radicais e conscientes do proletariado, colocando em tela uma vasta gama de possibilidades para a mudança social, nas quais se incluiria a revolução socialista²¹.

A Revolução Brasileira caminhava, assim, para o impasse. Decidiríamos entre o passado e o futuro, como afirma Florestan (1968, p. 115), ou, como dizia Caio Prado Junior, entre vivermos a reversão colonial ou fazer a transição da economia colonial para a economia nacional. Na avaliação do historiador paulista, o regime civil-militar não conseguiu operar qualquer tipo de ruptura com a reversão colonial; pelo contrário, a industrialização não teria alçado voo e o País teria continuado preso ao passado colonial, tendo em vista o peso dos bens primários na nossa pauta de exportação (PRADO Jr., 1972, p. 15). Já Florestan tem um entendimento bem diferente a este respeito. Segundo suas investigações, o Brasil, apesar de todos os percalços, não caminhava para o aprofundamento da reversão colonial mas, como vimos, para uma nova etapa do capitalismo dependente que traria a modernização das forças produtivas, bem como a manutenção de inúmeras relações sociais de produção arcaicas. Conforme escreve Carlos Nelson Coutinho ([1998] 2011, p. 259-60, grifo original),

sem negar que a conservação do ‘atraso’, da dependência externa, da ‘selvagem’ exploração do trabalho, do autoritarismo, etc., gera importantes determinações específicas de nosso ‘moderno’ capitalismo, Florestan evita, porém, ao mesmo tempo, a tendência caiopradiana de dar prioridade a tais elementos ‘atrasados’ na caracterização de nosso presente: graças a uma visão mais mediatizada, ele ressalta também os traços *novos* que o capitalismo introduz na vida social brasileira, destacando entre eles a industrialização e a urbanização, o revolucionamento do universo de valores, a nova estratificação social, etc..

Não é casual a citação a Caio Prado Júnior. Tanto ele quanto Florestan, apesar de divergências pontuais no campo da teoria e da política, compartilhavam um núcleo central sobre o que seria a Revolução Brasileira, isto é, como e quem operaria o rompimento dos grilhões da exploração e da dominação capitalista e imperialista nos elos fracos do mercado mundial. Tais

²¹ Mesmo nos momentos mais obscuros da ditadura civil-militar brasileira, Florestan nunca deixou de entender a história como um processo aberto, capaz de ter seus rumos alterados por meio da atuação política de grupos e classes sociais. Cabe destacar uma longa citação do seu livro *Circuito Fechado*: “A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como *classes em conflito*, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história. A América Latina conheceu longos períodos de *circuito fechado* e curtos momentos de *circuito aberto*. No entanto, o modo pelo qual se dão as coisas, nos dias que correm, revela que ‘o impasse da nossa era’ não consiste mais no caráter perene da repressão e da opressão. Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o *curto-circuito final*, que para eles vem a ser o desaparecimento de um Estado antagônico à Nação e ao Povo, ou seja um Estado que, como todo o Estado elitista, tem sempre de ‘fechar a história’ para os que não estão no poder. Nesse sentido, vivemos a pior fase da transição, aquela na qual a autodefesa do privilégio pela violência sistemática, organizada, institucionalizada e ‘legitimada’ através do poder concentrado do Estado, dá a impressão que o ‘passado é perene’ e que tenderá a reproduzir-se no futuro como se reproduzia socialmente no passado. Pura ilusão. A virulência do processo não indica uma história em crescendo mas uma história em declínio. Enfim, proximidade do ponto morto do clímax de uma crise, que poderá durar mais algumas décadas, mas como o ‘começo de uma nova era’” (FERNANDES, 1976, p. 5-6).

convergências, que os colocavam em posições diferentes dentro da trincheira dos intelectuais progressistas brasileiros, são resumidas por comentadores das suas obras:

Primeiro, ambos rejeitam com vigor todo tipo de contemporização com o status quo, pois estão absolutamente convictos de que os problemas fundamentais do povo brasileiro não serão resolvidos se não houver uma ruptura radical com as estruturas sociais responsáveis pela perpetuação das gritantes desigualdades sociais herdadas da sociedade colonial e pela posição dependente do País no sistema capitalista mundial. Segundo, Caio Prado e Florestan Fernandes rechaçam a noção – ainda hoje muito difundida nos meios de esquerda – de que existiria uma burguesia nacional, com interesses antagônicos ao imperialismo, capaz de liderar as transformações sociais decorrentes da revolução democrática e da revolução nacional. Por fim, os dois autores insistem que as forças populares devem superar a tutela burguesa e adotar uma linha política autônoma, articulada em torno dos interesses estratégicos do proletariado, o que coloca a consolidação da unidade de classe entre operários e camponeses como tarefa prioritária das forças de esquerda (SAMPAIO Jr. e SAMPAIO, 2005, p. 8-9).

Apesar da temática, a controvérsia da Revolução Brasileira perpassou a reflexão contida nos principais ensaios do pensamento social brasileiro nos anos 1950 e 1960, inclusive na área econômica. Furtado redigiu um livro chamado *A Pré-Revolução Brasileira*, discutindo os futuros rumos da nação. Talvez o último suspiro deste grande debate nacional tenha sido o ensaio de Florestan sobre a revolução burguesa no Brasil. Final grandioso e melancólico, pois, ao mesmo tempo em que era escrito na fase de descenso da força dos trabalhadores na luta de classes, retratando a derrota de um ciclo histórico do movimento operário brasileiro, oferecia ao grande público uma das formulações mais fecundas dos mecanismos arcaicos e modernos de exploração e dominação capitalistas, o que proporcionaria, anos depois, uma das formulações ideológicas para a recomposição política dos setores populares.

4. Os limites do desenvolvimentismo para a superação do subdesenvolvimento: à guisa de conclusão

Conforme pontuou-se ao longo do artigo, Florestan Fernandes parece circunscrito, em certos momentos da sua trajetória, ao horizonte intelectual do desenvolvimentismo, apostando no ideal de que o desenvolvimento capitalista, nos seus moldes nacionais e democráticos, seria capaz de romper com os elos de dominação externa e interna que prendiam – e ainda prendem – o Brasil ao capitalismo dependente. O desenvolvimentismo seduz Florestan, que flerta com a possibilidade do Brasil ter um padrão de desenvolvimento no estilo dos países centrais. Tal ilusão esteve presente em grande parte da sua geração, mesmo entre os intelectuais, militantes e organizações socialistas e comunistas. Acreditava-se na possibilidade de termos uma via “normal” de desenvolvimento, construída a partir de uma revolução democrático-burguesa.

A debilidade desta linha de raciocínio consistiu justamente que a burguesia brasileira, em momentos de uma crise orgânica, colocou-se como um aliado conformado e subalterno dos interesses externos do grande capital e das nações imperialistas, reprimindo como poucas os movimentos populares que demandavam transformações substantivas. Junto com seu grupo de pesquisa da USP, Florestan foi um dos primeiros a perceber o equívoco em torno da tese da burguesia nacional como um sujeito histórico capaz de liderar a transformação social necessária para a superação do capitalismo dependente no Brasil.

A emergência do capitalismo monopolista deixou patente a impotência e a falta de desejo da burguesia local liderar qualquer tipo de processo político de emancipação nacional frente ao imperialismo. Ao contrário, todas as ações e ideias defendidas e implementadas pela nossa “burguesia complacente” apontam para um projeto de aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência. Neste período, “a ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas” (FERNANDES, [1970] 1981, p. 19).

As tensões nas suas críticas ao desenvolvimentismo irão se diluindo com o desenrolar dos acontecimentos pós-1964. Por certo, algumas reminiscências do passado permanecem e Florestan tece comentários em torno do debate da articulação de momentos da revolução “dentro da ordem” e “contra a ordem”, que são por vezes dúbios e, assim, geram muita polêmica entre os comentadores da sua obra. Entretanto, por força dos fatos e do aprofundamento das suas análises, ele vai se convencendo do caráter conservador e autoritário das nossas classes dominantes que, por esta característica político-cultural, se tornam incapazes e desinteressadas em construir um projeto de soberania nacional e de democracia social. Elas, inclusive, usam a ideologia desenvolvimentista para mascarar seus reais interesses²². Daí a conclusão de que “esse golpe de Estado [o perpetrado em 1964] põe a nu, queiram ou não os seus fautores, que nada mais se pode esperar de nossas classes conservadoras” (FERNANDES, 1968, p. 181).

À medida que Florestan vai se aproximando de uma nova síntese na sua trajetória intelectual, na qual *A Revolução Burguesa no Brasil* é um marco, os embates e tensões da sua obra vão se solucionando e as ilusões do desenvolvimentismo vão fazendo parte de um passado remoto, mas sempre vivo. O passo seguinte é o fortalecimento da ideia da revolução socialista²³ como a única alternativa possível para o fim da dependência. Com o passar do tempo, Florestan construirá

²² “As burguesias de hoje por vezes imitam os grandes proprietários rurais do século XIX. Apegam-se ao subterfúgio do desenvolvimentismo como aqueles apelaram para o liberalismo: para disfarçar uma posição heteronômica e secundária. O desenvolvimento encobre, assim, sua submissão a influências externas, que se supõem incontornáveis e imbatíveis” (FERNANDES, 1968, p. 101).

²³ Sobre o tema das revoluções socialistas, recomendamos a consulta aos livros *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (T. A. Queiroz, primeira edição de 1979; Expressão Popular, 2ª edição de 2008) e *O que é revolução* (Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1ª edição de 1980; a editora Expressão Popular republicou o livro dentro da

uma consciência radicalmente crítica ao projeto desenvolvimentista que, na sua opinião, é incapaz de superar o subdesenvolvimento e trazer a integração e a soberania nacionais, a democracia e o fim da exclusão social.

os estudos patentearam que a modernização cultural e o crescimento econômico, mesmo acelerados, não resolviam os dilemas sociais fundamentais. (...) Mantidas as demais condições preexistentes, os dois processos não expandiam a democracia e promoviam maior concentração de riqueza, de cultura e de poder no tope da sociedade civil (FERNANDES, 1994, p. 10).

Esta ruptura com o desenvolvimentismo não foi uma tomada de posição única e exclusiva de Florestan. Contudo, poucos intelectuais brasileiros – dentre os quais destacamos, além do próprio Florestan, Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos etc. – levaram tais críticas aos seus termos mais radicais, isto é, de afirmação do socialismo como alternativa ao capitalismo dependente²⁴. Esta tomada de consciência já está presente, com todas as suas contradições, no livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*²⁵. Ela ficará patente, contudo, nos textos da década de 1970 – *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* e, particularmente, *A Revolução burguesa no Brasil*. Anos mais tarde, em uma reflexão sobre a sua trajetória intelectual e política, Florestan (1977, p. 204) declarou o seguinte:

Podia, portanto, liquidar as últimas hesitações e todas as esperanças: dentro do capitalismo só existem saídas, na América Latina, para as minorias ricas, para as multinacionais, para as nações capitalistas hegemônicas e a sua superpotência, os Estados Unidos, questões que levantei nos ensaios que formam *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* e em *Circuito Fechado* (cap. 3) (...). O que pude observar no Brasil, depois de meu retorno, de 1973 em diante, só serviu como elemento de comprovação. No clímax da industrialização maciça, da implantação interna das multinacionais e do gigantismo da intervenção econômica do Estado, a sociedade capitalista não oferece alternativas à maioria: não há mais como conciliar ‘a história como liberdade’ com o capitalismo.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Maria Arminda e GARCIA, Sylvia. **Florestan Fernandes: mestre da sociologia**

obra Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes: clássicos sobre a Revolução Brasileira, op. cit.).

²⁴ Segundo Heloísa Fernandes (2009, p. 39-40), o exílio marca o ponto-chave de inflexão na obra de Florestan, a partir do qual o sociólogo paulista assume a sua face mais radical. Na sua avaliação, “o exílio é uma experiência vivida por milhares de intelectuais latino-americanos nesse período [década de 1970]. Ainda está para ser feita uma análise sobre o impacto das ditaduras militares na reconstrução do horizonte intelectual latino-americano. O fato é que houve uma radicalização intelectual e política dessa época” (FERNANDES, H., 2009, p. 40, nota 30). Esta avaliação é igualmente compartilhada por Diogo Costa (2009, p. 73).

²⁵ “Assim, nos anos 60 Florestan chega ao que eu chamaria os seus limites naturais: o sociólogo, o pensador e o militante unidos num só tipo de atividade, vai agora se configurar como cientista cujo ato de construção intelectual já é um ato político. Por isso os seus temas mudam significativamente. O que estuda agora são as classes sociais, o problema da burguesia, os conflitos do subdesenvolvimento, o Brasil na América Latina, a Revolução Cubana. Isto quer dizer que ele transformou Sociologia em militância, a partir do momento em que os dois caminhos paralelos que mencionei se fundiram numa personalidade intelectual harmoniosa” (CANDIDO, 1987, p. 35).

moderna. Brasília: Paralelo 15 e Capes, 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

____ (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, volume 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos. “O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005”. Texto preparado para o Seminário “Brasil-Chile; uma mirada hacia América latina y sus perspectivas, Santiago de Chile, Julho de 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Seis interpretações”. In: **50 anos de ciência econômica no Brasil**. Maria Rita Loureiro (org.). Petrópolis: Vozes, 1997. p. 17-69.

____. “O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido”. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004, p. 49-84.

CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil”. In: **Raízes do Brasil**. Sérgio Buarque de Holanda. 26ª edição. São Paulo: Cia das Letras, [1967] 2007.

____. “Amizade com Florestan”. In: **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Maria Ângelo D’Incao (org.). São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 31-36.

CASTELO, Rodrigo. “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano”. In: ____ (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p.191-211.

COHN, Gabriel. “Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes”. In: **Inteligência brasileira**. Moraes et al. (orgs.). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 125-148.

____. “O ecletismo bem temperado”. In: **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Maria Ângelo D’Incao (org.). São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 48-53.

COSTA, Diogo. “Florestan Fernandes e o marxismo: o Brasil em perspectiva socialista”. In: **O legado de Florestan Fernandes**. Cadernos de Estudos Escola Nacional Florestan Fernandes nº4, agosto de 2009. p. 69-89.

COUTINHO, Carlos Nelson. “Uma via “não-clássica” para o capitalismo”. In: **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. Maria Angela D’Incao (org.). São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989. p. 115-131.

____. “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”. In: _____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, [1998] 2011. p. 221-239.

DEMIER, Felipe. “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira”. **Outubro**, nº16, 2007. p. 75-107.

FERNANDES, Florestan. “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”. In: _____. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, [1958] 1977. p. 50-76.

____. “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”. In: _____. **A**

- sociologia numa era de revolução social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1962] 1976. p. 314-337.
- ____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- ____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1973] 1981.
- ____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª edição. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2006.
- ____. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.
- ____. “Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira** nº 4, outubro de 1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 200-207.
- ____. “Prefácio”. In: _____. **Democracia e desenvolvimento**: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 9-17.
- FERNANDES, Heloísa. “Florestan Fernandes, um sociólogo socialista”. In: **O legado de Florestan Fernandes**. Cadernos de Estudos Escola Nacional Florestan Fernandes nº4, agosto de 2009. p. 29-53.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- ____. “Entre incorfomismo e reformismo”. **Revista de Economia Política**, vol.9, n.4, outubro-dezembro de 1989. p. 6-28.
- IANNI, Octavio. “Introdução. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira”. In: ____ (org.). **Florestan Fernandes**. São Paulo: Ática, 1986. p. 7-45.
- KONDER, Leandro. “A façanha de uma estréia”. In: **História e Ideal**: ensaios sobre Caio Prado Junior. Maria Angela D’Incao (org.). São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989. p. 133-140.
- LIMA, Ricardo. “Os caminhos do capitalismo: via prussiana, revolução passiva e desenvolvimento desigual e combinado”. **Antítese**, Goiânia, n. 7, 2009, p. 89-117.
- LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”. In: **Marxismo, modernidade e utopia**. Michael Löwy e Daniel Bensaïd. São Paulo: Xamã, 2000. p. 160-167.
- MALTA, Maria Mello de (coord.). **Ecoss do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA; Centro Celso Furtado, 2011.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 4ª edição. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1987.
- MOURA, Flávio e MONTERO, Paula. **Retrato de grupo**: 40 anos do Cebrap. São Paulo: Cosac Naify e Sesc-SP, 2009.

NETTO, José Paulo. “Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução”. In: _____. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004. p. 203-222.

NOVACK, Georg. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sundermann, [1965] 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

_____. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003b.

_____. “Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes”. In: **A crise do Estado-nação**. Adauto Novaes (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003c. p. 465-482.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

PRADO Jr., Caio. **Evolução política do Brasil**: Colônia e Império. 21ª edição. São Paulo: Brasiliense, [1933] 2006.

_____. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAMOS, Guerreiro. “Prefácio à segunda edição”. In: _____. **A redução sociológica**. 2ª edição corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. p. 13-51.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo”. **Economia**: ensaios. Uberlândia, vol. 22, nº 2, jan/jul de 2008. p. 69-98.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda e SAMPAIO, Plínio de Arruda. “Apresentação”. In: **Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes**: clássicos sobre a Revolução Brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 7-23.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**, volume 1. Rio de Janeiro: Saga, 1967.